

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

28 DE FEVEREIRO DE 2014

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

TARPON INVESTIMENTOS S.A

Companhia aberta: CVM 21.717

CNPJ: 05.341.549/0001-63

Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar.

São Paulo, SP.

ÍNDICE DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---|-----------------|
| Anexo I – Item 10 do Formulário de Referência | Páginas 3 a 25 |
| Anexo II – Anexo 9-1-II à IN CVM 481 | Páginas 26 a 34 |
| Anexo III – Proposta de remuneração dos administradores | Página 35 |
| Anexo IV – Informações do item 13 do Formulário de Referência | Páginas 36 a 72 |
| Anexo V – Parecer do Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i> | Páginas 73 a 75 |

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

Os fundos de investimento sob nossa gestão investem em empresas listadas em bolsa e também em *private equity*.

A bolsa brasileira teve um dos piores desempenhos entre os principais mercados acionários mundiais em 2013. Enquanto os mercados desenvolvidos se beneficiaram de sinais de recuperação econômica, o mercado brasileiro foi pressionado em função do crescimento econômico baixo, da deterioração da situação fiscal e da pressão inflacionária. Além disso, o rebaixamento da perspectiva da nota brasileira pelas agências de classificação de risco, a derrocada da petroleira OGX e o impasse do reajuste da gasolina da Petrobras minaram a confiança dos investidores.

O Ibovespa, principal indicador do desempenho das ações na BM&F Bovespa, caiu 15,5%. Neste mesmo período, os índices norte-americanos S&P 500 e Dow Jones avançaram 29.6% e 26.5%, respectivamente, e o índice europeu Stoxx 600 avançou 17.37%.

No caso das empresas listadas na BM&F Bovespa, que representam a maior parte do portfólio dos fundos geridos pela Tarpon, observamos uma forte valorização anual em BRF (+18.41%) e Cremer (+23.52%), enquanto as ações de Marisa (-42.6%) e Cyrela (-17.17%) tiveram um desempenho fraco.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate;

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

A Companhia não pretende efetuar o resgate das ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2013, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem as receitas relacionadas com os serviços de gestão de carteiras e fundos de investimentos (“Fundos Tarpon”).

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e

Nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Ativo

Ativo não circulante: Em 31 de dezembro de 2013, o ativo não circulante totalizou R\$1,6 milhões, representando uma queda de 17% quando comparado com o ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,0 milhões, uma queda de 12,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,3 milhões, um aumento de 57,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, no qual a conta totalizava R\$ 1,4 milhão. Esse aumento é justificado, essencialmente, pela aquisição de ativos imobilizados e benfeitorias realizadas pela Companhia em sua subsidiária, TISA NY Inc, cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira.

Contas a receber: Em 31 de dezembro de 2013, o contas a receber da Companhia totalizou R\$38,4 milhões, um aumento de 144% quando comparado com o mesmo período de 2012. Tal aumento refere-se substancialmente ao desempenho positivo dos Fundos Tarpon, gerando honorários relativos às taxa de performance pagos pelos referidos Fundos Tarpon. Em 31 de dezembro de 2012, o contas a receber totalizou R\$15,8 milhões, um aumento de 76,0% quando comparado com o mesmo período de 2011. Tal aumento refere-se substancialmente ao aumento de ativos sob gestão da Companhia e seu consequente aumento de honorários a receber advindos de taxa de administração e performance. Em 31 de dezembro de 2011, o contas a receber totalizou R\$ 9,0 milhões, uma queda de 57,9% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o contas a receber totalizou R\$ 21,3 milhões. Essa queda é resultado, primordialmente, do menor montante de receitas relacionadas à taxa de performance recolhidos nesse período.

Ativos financeiros a valor de mercado: Em 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$17,9 milhões, apresentando uma queda de 48% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Tal variação é justificada pela utilização dos ativos financeiros para pagamento de passivos tributários da Companhia ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 34,4 milhões, uma queda de 59,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Essa queda é justificada principalmente pelo pagamento de impostos realizados no início do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 84,0 milhões, um incremento de 85,8% se comparado com o total de R\$45,2 milhões apresentado no mesmo período de 2010, principalmente pela necessidade de caixa para fazer frente a obrigações tributárias.

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2013, as disponibilidades totalizaram R\$17,6 milhões, um aumento de 431% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação se deve ao caixa acumulado no período e disponível na subsidiária TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades totalizaram R\$ 3,3 milhões, um

crescimento de 592,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades totalizaram R\$479 mil, um aumento de 62,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 294 mil.

Outros ativos: Em 31 de dezembro de 2013, a conta de outros ativos totalizou R\$16,6 milhões, uma queda de 28% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada pela diminuição nos pagamentos antecipados de tributos federais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a conta de outros de ativos totalizou R\$ 23,2 milhões. Quando comparado com o ano anterior, verificamos uma queda de 25,1%, justificada pela queda nos pagamentos antecipados de tributos federais. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 30,9 milhões, um aumento substancial quando comparado com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 1,5 milhão, principalmente em razão do aumento do montante de impostos a recuperar no período.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentava nenhum saldo no passivo não circulante. Isso se deve ao fato da Companhia não mais possuir parcelas do arrendamento mercantil a pagar no prazo superior a um ano. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do passivo não circulante era de R\$ 15 mil, uma queda de 92,1% quando comparado com 2011, reflexo da amortização de parcelas de arrendamento financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 191 mil, uma queda de 49,9% em relação ao saldo de R\$ 381 mil apresentado em 2010, em decorrência da amortização de parcelas de arrendamentos financeiros.

Obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de obrigações tributárias era de R\$18,1 milhões, apresentando uma queda de 37% quando comparado com o período anterior. Tal diminuição é justificada substancialmente pela diminuição nos impostos federais devidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta conta era de R\$ 28,7 milhões,

uma queda substancial em relação ao ano anterior, justificada pela diminuição da receita registrada no exercício e consequente queda nos impostos federais devidos sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 64,3 milhões, um aumento substancial em relação ao saldo de R\$ 6,4 milhões apresentado em 2010, aumento este justificado pelo aumento de impostos federais sobre o lucro líquido da Companhia.

Outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2013, a conta totalizou R\$ 2,1 milhões, uma queda de 91%, ocasionado pelo provisionamento dos dividendos em conta patrimonial conforme I CPC 08. Em 31 de dezembro de 2012, a conta totalizou R\$ 24,3 milhões, um aumento de 120,8% quando comparado com 2011, justificado pela maior provisão de dividendos do exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 11,2 milhões uma queda de 75,7% quando comparado com 31 de dezembro de 2010, em razão de uma menor provisão de dividendos no ano de 2011.

Capital social. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia era de R\$6,6 milhões, um aumento de 6% quando comparado ao ano anterior. Os aumentos de capital social¹ foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado (“Plano”). Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era de R\$ 6,2 milhões, um aumento de 1,6% quando comparado com 2011, justificado pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$ 6,1 milhões, um aumento de 46,3% quando comparado com o saldo de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é justificada pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano.

¹ Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 28 de janeiro de 2013; 29 de abril de 2013; 29 de julho de 2013; e 4 de novembro de 2013.

Reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$6,4 milhões, um aumento expressivo quando comparado ao período anterior que era zero. Tal acumulação de reserva é derivada dos aumentos de capital social realizados ao longo do ano pela Companhia, conforme descrito no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de reserva de capital era zero, essa movimentação ocorreu pois a Companhia utilizou a reserva de capital para realizar o cancelamento das ações que possuía em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011, a conta de reserva de capital totalizou R\$ 26,5 milhões, um aumento significativo quando comparado com a reserva de capital de R\$2,1 milhões apresentada em 2010. Esse aumento significativo foi resultado dos aumentos de capital realizados pela Companhia durante o ano de 2011, no âmbito do Plano.

Lucros acumulados. A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reservas e distribuição de dividendos.

Participação minoritária. Nos últimos três exercício sociais (2013, 2012 e 2011), a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais.

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Receitas. Em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$129,6 milhões, um aumento de 34% comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve ao desempenho positivo dos fundos e consequentes receitas relacionadas à taxa de performance recebida pela Companhia em razão dos serviços prestados aos Fundos Tarpon. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 96,9 milhões, uma queda de 60% comparada ao exercício social anterior, principalmente em razão da forte diminuição das receitas relacionadas à taxa de performance. Em 31 de dezembro de 2011, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 241,5 milhões, um incremento de 17,31% quando comparada à receita de R\$205,8 milhões registrada no exercício de 2010, em decorrência do aumento do montante de ativos sob gestão da Companhia e do maior recolhimento de honorários relacionados a serviços de gestão neste período.

Despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas de pessoal totalizaram R\$23,5 milhões. Um aumento de 29% comparado com o exercício anterior, principalmente devido ao pagamento de remuneração variável superior ao do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 18,3 milhões. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, identificamos uma queda de 67,2%, justificada principalmente pelo pagamento de remuneração variável inferior ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2011, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 55,6 milhões, um aumento de 63,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, esse aumento ocorreu devido ao aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável.

Despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas totalizaram R\$10,7 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se uma queda de 26%, justificada pela redução das despesas de sistemas de gestão e consultorias técnicas. Em 31 de dezembro de 2012, as despesas administrativas totalizaram R\$ 14,5 milhões. Quando comparado com o mesmo período do

ano anterior, verificamos uma queda de 3,6%, justificada pela redução nas contratações de prestadores de serviços especializados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando comparado com o exercício de 2010, as despesas administrativas aumentaram 147,3%, totalizando R\$ 15,1 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos investimentos em infraestrutura e sistemas de gestão para a Companhia, bem como a contratação de prestadores de serviços especializados.

Outras despesas/receitas. Em 31 de dezembro de 2013, o grupo Outras despesas/receitas registrou um saldo negativo de R\$900 mil, inferior ao saldo registrado no ano anterior, justificado pela diminuição nas despesas com impostos da subsidiária integral TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2012, a conta registrou um saldo negativo de R\$ 1,4 milhão, inferior ao saldo da conta no mesmo período do ano passado, quando totalizava um saldo positivo de R\$135,0 mil. Esta diminuição é decorrência, principalmente, de um aumento nas despesas com impostos municipais da subsidiária integral TISA NY Inc. No exercício de 2011, a conta de outras despesas/receitas totalizou R\$ 135,0 mil, uma diminuição de 110,3% quando comparadas ao montante de R\$1,3 milhão negativo apresentado em 2010.

Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos. Em 31 de dezembro de 2013, os lucros financeiros líquidos totalizaram R\$1,0 milhão. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se uma queda de 83%, justificado pela diminuição do montante de aplicações ao longo do exercício de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$ 6,0 milhões. Quando comparado com o ano anterior, verificamos uma queda de 41,5%, justificada pela diminuição do capital aplicado ao longo do exercício. Os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$10,2 milhões no exercício de 2011.

Resultado das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2013, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$90,2 milhões, apresentando um aumento de 45% comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do desempenho positivo dos Fundos Tarpon e consequentes receitas relacionadas às taxas de

performance auferidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o resultado das atividades operacionais sofreu uma queda de 64,4% quando comparado com o ano anterior, justificada principalmente pela diminuição de coleta de taxas de performance dos Fundos Tarpon. O resultado das atividades operacionais sofreu um incremento de 5,3% na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, passando de R\$ 166,0 milhões em 2010 para R\$ 174,7 em 2011.

Despesas de impostos sobre o lucro. Em 31 de dezembro de 2013, R\$18,1 milhões, uma queda de 11%, dada em razão da redução das alíquotas aplicáveis no consolidado. Em 31 de dezembro de 2012, em função da queda na receita de 2012, os impostos incidentes sobre o lucro líquido diminuíram 67% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 21,4 milhões. Em 2011, em razão da maior carga tributária sobre as atividades da Companhia, as despesas de impostos sobre o lucro passaram de R\$ 27,0 milhões em 2010 para R\$ 65,2 milhões em 2011.

Lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$74 milhões, um aumento de 82% quando comparado com o ano anterior. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 40,7 milhões, apresentando uma queda de 62,8% quando comparado com o ano anterior. Em 2011, o lucro da Companhia totalizou R\$ 109,5 milhões, uma diminuição de 21,2% quando comparado com o lucro líquido de 139,0 milhões obtido em 2010.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Volume de ativos sob gestão. Nos últimos três exercícios sociais (2013, 2012 e 2011), as variações de volume de receitas da Companhia são atribuíveis principalmente às variações dos montantes de recursos sob gestão da Companhia e da performance dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos Fundos Tarpon, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento. As taxas de performance são calculadas em periodicidades diferentes, conforme cada contrato.

Câmbio. A maioria dos ativos sob gestão dos Fundos Tarpon está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Na maior parte dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão e o desempenho são determinados em dólares com base na taxa de câmbio entre o dólar e o real em certas datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação relevante pela Companhia.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis;

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e

Durante os três últimos exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), as demonstrações contábeis individuais da Tarpon Investimentos S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante os três últimos exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), não houve diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram e são apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nas demonstrações financeiras referente aos três últimos exercícios sociais (2011, 2012 e 2013), os auditores fizeram a seguinte ênfase:

“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tarpon Investimentos S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).

As demonstrações financeiras individuais da Tarpon Investimentos S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras

consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a. Receitas

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos Fundos Tarpon supera um determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados por aplicações da Companhia em certificados de depósito bancário e em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”. O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito interbancário - DI informado pelo Banco emissor do CDB e da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não. Os derivativos são contabilizadas pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos em dinheiro e depósitos à vista empregados na administração do capital de giro da Companhia.

b. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de

recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

c. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são demonstrados pelo custo e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais.

d. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

e. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida caso, em razão de ocorrência passada, a Companhia possua obrigação legal ou constituída que possibilite uma estimativa confiável e desde que a perda seja avaliada como provável. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as condições de mercado em vigor e os riscos característicos do passivo.

g. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

h. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No exercício corrente, a Tarpon Investimentos S.A. utiliza como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Os valores recolhidos a título de antecipação de imposto de renda e contribuição social estão sendo contabilizados no ativo como impostos a recuperar (vide nota 18 b).

Cabe destacar que a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme facultado pela Lei no. 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei no. 11.638/07 e pelas demais alterações nas normas contábeis realizadas no contexto de convergência para as IFRS.

Para as empresas com regime de tributação lucro real, as alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas dos fundos brasileiros, deduzidas as despesas creditáveis.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos brasileiros e gestão de fundos e carteiras estrangeiros, é de 2%.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes do imposto a compensar sobre lucros auferidos no exterior, foram constituídos considerando a expectativa de provável realização.

i. Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

j. Recebíveis

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

k. Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

l. Resultado abrangente

Resultante do lucro líquido dos exercícios correntes, da variação cambial resultante da consolidação das subsidiárias no exterior e ajuste de avaliação patrimonial.

m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las; e

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia pretende continuar a acompanhar novas tecnologias e buscará continuamente o aprimoramento de seus controles.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os últimos relatórios de recomendações acerca de controles internos, preparados pelos auditores independentes da Companhia, não apresentaram pontos relevantes relacionados à preparação e assertividade das demonstrações financeiras.

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013).

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois não houve distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois não houve desvios.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e

Nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação; e

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No curso normal de suas atividades, a Companhia celebra contratos de prestação de serviços de gestão relativos a fundos e carteiras de recursos de terceiros. Os custos de constituição de tais fundos e carteiras são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

ANEXO 9-1-II À IN 481

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social de 2013 totalizou R\$ 74.040.104,83 (setenta e quatro milhões quarenta mil cento e quatro reais e oitenta e três centavos)

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

No exercício de 2013, foram distribuídos R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a título de dividendos intercalares (R\$ 0,4333670 por ação de emissão da Companhia, considerando o número de ações de emissão da Companhia na data de distribuição dos dividendos, excluídas as ações mantidas em tesouraria), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de julho de 2013. Em 28 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 46.131.295,09 (quarenta e seis milhões cento e trinta e um mil duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos) (R\$ 1,01 por ação de emissão da Companhia²), a qual será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 28 de fevereiro de 2014 para aprovação. Caso a proposta da administração seja aprovada pelos acionistas em referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante total distribuído a título de dividendos referentes ao exercício de 2013 será de R\$ 66.131.295,09 (sessenta e seis milhões cento e trinta e um mil duzentos e noventa e cinco reais e nove

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 28 de janeiro de 2014, descontando-se as ações em tesouraria nesta data.

centavos) (R\$ 1,44 por ação de emissão da Companhia³).

No exercício social de 2013, não houve o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Caso a proposta da administração seja aprovada pelos acionistas em referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante total distribuído a título de dividendos referentes ao exercício de 2013 será de R\$ 66.131.295,09 (sessenta e seis milhões cento e trinta e um mil duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos), correspondente a 89,32% do lucro líquido da Companhia neste exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi proposta a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Deduzido o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) pagos a título de dividendos intercalares, conforme reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de julho de 2013, será proposta a distribuição suplementar de

³ Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2013, descontando-se as ações em tesouraria nesta data.

R\$ 46.131.295,09 (quarenta e seis milhões cento e trinta e um mil duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos) (R\$ 1,01 por ação de emissão da Companhia⁴).

A Companhia possui somente ações ordinárias emitidas, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de seu Estatuto Social.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são pagos em dinheiro, à vista, em prazo estipulado na assembleia geral ou reunião do conselho de administração que o declarar, conforme o caso.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve atualização ou juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada em 2014 irá deliberar sobre a proposta da administração de destinação de resultados do exercício de 2013 e determinará a data de pagamento dos dividendos. O pagamento dos dividendos tomará como base de cálculo a posição acionária no encerramento do pregão do dia 28 de fevereiro de 2014, data de realização da assembleia geral ordinária.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

⁴ Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 28 de janeiro de 2014, após a emissão de ações e cancelamento aprovados em reunião do conselho de administração nessa data.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Foi aprovada, em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 29 de julho de 2013, a distribuição de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a título de dividendos intercalares, aprovados com base no balanço de 30 de junho de 2013.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos dividendos intercalares foi realizado em 6 de agosto de 2013.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

| | 2013 | 2012 | 2011 |
|--------------------|---------|------|----------|
| Lucro Líquido/ação | R\$1,60 | 0,88 | R\$ 2,27 |

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores*

| Valor por ação | 2013 | 2012 | 2011 |
|----------------|------------|-------------|-------------|
| Dividendo | R\$1,44561 | R\$0,636159 | R\$ 2,13784 |

* Calculado com base no número de ações no encerramento de cada exercício social.

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A administração da Companhia propõe a aprovação a destinação de R\$98.809,74 para a conta de reserva legal, a ser deduzido do lucro líquido auferido pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme indicado pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, deverá ser destinado à reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, não podendo esta reserva exceder 20% do capital social da Companhia. Desta forma, como a Companhia já contava com R\$1.223.254,85 em reserva de capital, propõe-se a destinação do valor indicado anteriormente para que se complete a capacidade máxima permitida em lei para esta reserva.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia somente possui ações ordinárias emitidas.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2014, não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2014, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto social da Companhia prevê, em seu Artigo 49, parágrafo 2º, “d”, que até 10% do lucro líquido, ajustado nos termos do estatuto, deduzido o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, poderá ser destinado para reserva estatutária denominada reserva de investimento, com a finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, limitado ao montante do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não será destinado nenhum montante a essa reserva.

c. Descrever como o montante foi calculado

Trata-se de reserva opcional.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2014, não houve retenção prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2014, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Nos termos de reunião do conselho de administração da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”) realizada em 28 de janeiro de 2014, com a concordância do Comitê de Remuneração e Participação da Companhia, será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2014, a remuneração global para os administradores da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais), mesmo valor aprovado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

A presente proposta será aplicável, também, à totalidade da remuneração a ser recebida pelos diretores da Companhia em quaisquer de suas subsidiárias.

A Companhia esclarece que, do limite global aprovado para o ano de 2013, foram efetivamente recebidos pelos administradores da Companhia R\$ 1.498.902,00. Referida diferença é decorrente, dentre outros motivos, do desempenho da Companhia em referido período.

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática da remuneração

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso), baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo

exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos e vice-presidentes.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus à remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social de 2013:

| Elemento | Participação na remuneração total |
|------------------|--|
| Remuneração fixa | 43% |
| Bônus ou PLR | 57% |
| Total | 100% |

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os Diretores Estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento. A remuneração global aprovada na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 4 de março de 2013 já engloba a remuneração recebida pelos Diretores da Companhia pela Tarpon Gestora.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2014 – Remuneração Prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados. O conselho fiscal da Companhia não está instalado para o exercício social de 2014, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|------------------|
| Número de membros | 5 | 3 | 8 |
| Remuneração fixa anual | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.008.000,00 | R\$ 1.320.000,00 |
| Salário/pró-labore | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.008.000,00 | R\$ 1.320.000,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 |
| Participações em comitês | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável | 0 | R\$18.180.000,00 | R\$18.180.000,00 |
| Bônus | 0 | R\$18.180.000,00 | R\$18.180.000,00 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 |
| Participação em reuniões | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 |

| | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessão de exercício | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração baseada em ações | 0 | 0 | 0 |
| Total da remuneração | R\$ 312.000,00 | R\$19.188.000,00 | R\$19.500.000,00 |

2013

O conselho fiscal da Companhia não está instalado para o exercício social de 2013, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho de Administração | de Diretoria Estatutária | Total |
|--------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Número de membros | 5,83 ⁷ | 2,33 ⁸ | 8,16 |
| Remuneração fixa anual | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.186.902,00 | R\$ 1.498.902,00 |
| Salário/pró-labore | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.186.902,00 | R\$ 1.498.902,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 |
| Participações em comitês | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável | 0 | 0 | 0 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 |
| Participação em reuniões | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessão de | 0 | 0 | 0 |

⁷ Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros. O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Rodrigo Reghini Vieira ao Conselho de Administração em novembro de 2013.

⁸ O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Pedro de Andrade Faria e eleição dos Sr. Eduardo Mufarej e Caroline Miranda Ebel para os cargos de Diretor Presidente e Diretora de Relação com Investidores, respectivamente, em agosto de 2013.

| | | | |
|------------------------|----------------|-----------------|------------------|
| exercício | | | |
| Remuneração baseada em | 0 | 0 | 0 |
| ações | | | |
| Total da remuneração | R\$ 312.000,00 | R\$1.186.902,00 | R\$ 1.498.902,00 |

2012

O conselho fiscal da Companhia não está instalado para o exercício social de 2012, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho Administração | de Diretoria Estatutária | Total |
|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------|
| Número de membros | 6 ⁹ | 2,17 ¹⁰ | - |
| Remuneração fixa anual | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.249.639,75 | R\$ 1.561.639,75 |
| Salário/pró-labore | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.249.639,75 | R\$ 1.561.639,75 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 |
| Participações em comitês | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável | 0 | R\$ 23.686,10 | R\$ 23.686,10 |
| Bônus | 0 | R\$ 23.686,10 | R\$ 23.686,10 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 |
| Participação em reuniões | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessão de exercício | 0 | 0 | 0 |

⁹ Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

¹⁰ Referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr Eduardo Mufarej à Diretoria em março de 2012.

| | | | |
|------------------------|----------------|------------------|------------------|
| Remuneração baseada em | 0 | 0 | 0 |
| ações | | | |
| Total da remuneração | R\$ 312.000,00 | R\$ 1.273.325,85 | R\$ 1.585.325,85 |

2011

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado para o exercício social de 2011, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho de Administração | de Diretoria Estatutária | Total |
|-------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| Número de membros | 7 ¹¹ | 3 | - |
| Remuneração fixa anual | R\$ 289.040,00 | R\$ 1.390.889,00 | R\$ 1.679.929,00 |
| Salário/pró-labore | R\$ 289.040,00 | R\$ 1.390.889,00 | R\$ 1.679.929,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 |
| Participações em comitês | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável | 0 | R\$ 15.367.662,00 | R\$ 15.367.662,00 |
| Bônus | 0 | R\$ 15.367.662,00 | R\$ 15.367.662,00 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 |
| Participação em reuniões | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessão de exercício | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração baseada em | 0 | 0 | 0 |

¹¹ Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

ações

| | | | |
|----------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Total da remuneração | R\$ 289.040,00 | R\$ 16.758.552,00 | R\$ 17.047.592,00 |
|----------------------|----------------|-------------------|-------------------|

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

2014

Remuneração Prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados. O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2014, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão

| | Conselho de Administração | de Diretoria Estatutária | Total |
|--|----------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| Número de membros | 5 | 3 | 8 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | R\$ 18.180.000,00 | R\$ 18.180.000,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | N/A | N/A | N/A |

| | | | |
|--|-----|-----|-----|
| Participação no resultado | 0 | 0 | 0 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | N/A | N/A | N/A |

2013

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2013, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|-------------------|
| Número de membros | 5,83 ¹³ | 2,33 ¹⁴ | 8,16 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | R\$ 18.180.000,00 | R\$ 18.180.000,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | 0 | 0 | 0 |
| Participação no resultado | 0 | 0 | 0 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | 0 | 0 | 0 |

¹³ Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros. O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Rodrigo Reghini Vieira ao Conselho de Administração em novembro de 2013.

¹⁴ O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Pedro de Andrade Faria e eleição dos Sr. Eduardo Mufarej e Caroline Miranda Ebel para os cargos de Diretor Presidente e Diretora de Relação com Investidores, respectivamente, em agosto de 2013.

2012 - Remuneração

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2012, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho de Diretoria | | |
|--|------------------------------|--------------------|-------------------|
| | Administração | Estatutária | Total |
| Número de membros | 6 | 2,17 ¹⁵ | - |
| Bônus | 0 | R\$ 23.686,10 | R\$ 23.686,10 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | R\$ 18.075.767,00 | R\$ 18.075.767,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | N/A | R\$ 23.686,10 | R\$ 23.686,10 |
| Participação no resultado | 0 | 0 | 0 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | 0 | 0 | N/A |

¹⁵ Referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr Eduardo Mufarej à Diretoria em março de 2012.

2011

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2011, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

| | Conselho de Administração | de Diretoria Estatutária | Total |
|--|----------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| Número de membros | 7 | 3 | 6 |
| Bônus | 0 | R\$ 15.367.692,73 | R\$ 15.367.692,73 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | R\$ 15.367.692,73 | R\$ 15.367.692,73 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | N/A | R\$ 15.367.692,73 | R\$ 15.367.692,73 |
| Participação no resultado | 0 | 0 | 0 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido | 0 | 0 | N/A |

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

O Plano não tem caráter remuneratório, consistindo em mecanismo de alinhamento de longo prazo para os executivos da Companhia.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados às subsidiárias da Companhia e às companhias investidas pelos Fundos), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a maximizar os resultados da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções que pode ser outorga nos termos do Plano é de 13.724.667.

h) Condições de aquisição de ações

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

k) Forma de liquidação

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

l) Restrições à transferência de ações

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário

do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

13.5

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2013.

| <u>Órgão</u> | <u>Ações Ordinárias</u> | <u>Opções de Ações</u> |
|---------------------------|-------------------------|------------------------|
| Conselho de Administração | 13.157.943 | 628.626 |
| Diretoria | 6.135.110 ¹⁶ | 29.750 ¹⁷ |

13.6

Remuneração baseada em ações

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente, tampouco foi outorgada qualquer opção aos atuais membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia exclusivamente na qualidade de diretores ou conselheiros da Companhia.

¹⁶ Os membros da Diretoria que também são conselheiros estão incluídos no Conselho de Administração.

¹⁷ Os membros da Diretoria que também são conselheiros estão incluídos no Conselho de Administração.

13.7

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2013¹⁸

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|---|
| Nº de membros | N/A | 3 |
| Opções ainda não exercíveis | | |
| Quantidade | | 33.975 |
| Data em que se tornaram exercíveis | | 01/07/2014 |
| Prazo máximo para exercício das opções | | 5 anos a partir de cada vesting |
| Prazo de restrição à transferência de ações | | 12 meses após o exercício de cada opção |
| Preço médio ponderado de exercício | | R\$ 2,77 |
| Opções Exercíveis | | 0 |
| Quantidade | | N/A |
| Prazo máximo para exercício das opções | | N/A |
| Prazo de restrição à transferência de ações | | N/A |
| Preço médio ponderado de exercício | | N/A |
| Valor justo no último dia do exercício social | | N/A |
| Valor justo do total das opções no último dia do exercício social | | N/A |

¹⁸ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

13.8

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2013¹⁹

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------------|
| Nº de membros | N/A | 3 |
| Opções exercidas | | 86.384 |
| Número de ações | | 86.384 |
| Preço médio ponderado de exercício | | R\$ 2,95 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | | R\$ 11,95 |
| Ações entregues | | 0 |
| Número de ações entregues | | N/A |
| Preço médio ponderado de aquisição | | N/A |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | | N/A |

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2012²⁰

| | Conselho de Administração | Diretoria |
|---|---------------------------|----------------|
| Nº membros | N/A | 3 |
| Opções Exercidas | | 909.402 |
| Número de ações | | 909.402 |
| Preço médio ponderado de exercício | | R\$ 2,58 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado | | R\$ 9,56 |
| Ações Entregues | | 0 |
| Número de ações entregues | | N/A |
| Preço médio ponderado de aquisição | | N/A |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado | | N/A |

¹⁹ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

²⁰ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2011

| | Conselho de Administração | Diretoria |
|---|---------------------------|-----------|
| Nº membros | | 3 |
| Opções Exercidas | | 3.167.409 |
| Número de ações | | 0 |
| Preço médio ponderado de exercício | | R\$ 2,78 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado | | R\$ 13,45 |
| Ações Entregues | | 0 |
| Número de ações entregues | | N/A |
| Preço médio ponderado de aquisição | | N/A |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado | | N/A |

13.9

Modelo de Precificação

A avaliação do Plano apresentada neste item foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

a) **Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Outorga de 10 de março de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 30 de novembro de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de fevereiro de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de agosto de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2011:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2012:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 20 de agosto de 2012:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 13,77; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$10,12 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 9,10%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 10 de outubro de 2013:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 19,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,44; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,58 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,78%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

c) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

d) Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.10

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

13.11

2013

| Órgão da Administração | Número de membros | Valor da maior remuneração | Valor da menor remuneração | Valor médio da remuneração |
|-------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Conselho de Administração | 5,83 ²¹ | R\$156.000,00 | R\$156.000,00 | R\$156.000,00 |
| Diretoria | 2,33 | R\$492.000,00 | R\$ 74.750,00 | R\$ 296.725,50 ²² |
| Conselho Fiscal | 0 | N/A | N/A | N/A |

2012

| Órgão da Administração | Número de membros | Valor da maior remuneração | Valor da menor remuneração | Valor médio da remuneração |
|-------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Conselho de Administração | 6 ²³ | R\$156.000,00 | R\$156.000,00 | R\$156.000,00 |
| Diretoria | 3 | R\$828.000,00 | R\$ 314.326,00 | R\$ 571.162,93 ²⁴ |
| Conselho Fiscal | 0 | N/A | N/A | N/A |

²¹ Considerando que somente os conselheiros independentes da Companhia fazem jus a remuneração, foram excluídos do cálculo da média os demais conselheiros.

²² A média da remuneração considera apenas os 2 membros da Diretoria que permaneceram em seus cargos durante todo o exercício social de 2012

²³ Considerando que somente os conselheiros independentes da Companhia fazem jus a remuneração, foram excluídos do cálculo da média os demais conselheiros.

²⁴ A média da remuneração considera apenas os 2 membros da Diretoria que permaneceram em seus cargos durante todo o exercício social de 2012

2011

| Órgão da Administração | Número de membros | Valor da maior remuneração | Valor da menor remuneração | Valor médio da remuneração |
|-------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Conselho de Administração | 7 | R\$150.520,00 | R\$138.520,00 | R\$144.520,00 |
| Diretoria | 3 | R\$8.105.879,00 | R\$744.292,00 | R\$5.586.184,00 |
| Conselho Fiscal | 0 | N/A | N/A | N/A |

13.12

A Companhia não adota mecanismo de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição de seus cargos ou aposentadoria.

13.13

Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

| Órgão | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Conselho de Administração | 0% | 0% | 0% |
| Diretoria Estatutária | 96% | 75% | 94% |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A | N/A |

13.14

Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas

| Órgão | 2013 | 2012 | 2011 |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Conselho de Administração | R\$6.352.320,99 | R\$ 2.196.875,00 | R\$ 23.151.586,00 |
| Diretoria Estatutária | N/A | N/A | N/A |
| Conselho Fiscal | N/A | N/A | N/A |

13.15

Nos exercícios de 2012 e 2011, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Não obstante, conforme indicado no item 13.1(f) deste Formulário de Referência, durante o exercício de 2013, a remuneração dos membros da Diretoria foi inteiramente arcada pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Emissora responsável pela atividade de gestão de recursos, em razão dos membros da diretoria da Companhia também serem diretores ou funcionários de referida subsidiária operacional da Companhia.

13.16

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 13 deste documento.

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMPLIANCE
REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Compliance (“Comitê”) da Tarpon Investimentos S.A., sociedade anônima com sede na Rua Iguatemi, 151, 23º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.341.549/0001-63 (“Companhia”), e em observância à Instrução CVM n. 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada (“ICVM 308”), os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2013.

Atividades do Comitê:

O Comitê realizou 7 (sete) reuniões referentes ao exercício de 2013, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) Supervisionou as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Companhia a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia;
- d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia;

- e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras trimestrais e anual;
- f) Avaliou e monitorou, juntamente com a administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações;
- g) Criou rotinas de verificação de eventuais riscos sofridos pela Companhia, em especial riscos envolvendo processos judiciais e procedimentos administrativos em geral.
- h) Elaborou cronograma de reuniões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- i) Aceitou a renúncia do Sr. Fernando Shayer como membro do Comitê.
- j) Aprovou a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação do serviço de auditoria independente da Companhia, em substituição à KPMG Auditores Independentes em razão da rotatividade necessária prevista no artigo 31 da ICVM 308.

O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Reuniu-se também, com estes mesmos Auditores, para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da Tarpon Investimentos S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 28 de janeiro de 2014.

Walter Iório – Coordenador

Horácio Lafer Piva – Membro

Fábio Hering - Membro